

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

EDILENE DE JESUS SANTOS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise
do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2013

EDILENE DE JESUS SANTOS



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise
do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Mata de São João-Bahia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

MEDIANEIRA

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Educação Ambiental e Agricultura Familiar: uma análise do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA.

Por

Edilene de Jesus Santos

Esta monografia foi apresentada às 10 h do dia **14 de dezembro de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Pólo de Mata de São João, BA., Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof. Dr. Laercio Mantovani Frare
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Elias Lira dos Santos Junior
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

Dedico a todos os agricultores familiares
que participaram deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Ma. Marlene Magnoni Bortoli pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais Ana Carla e Yuka Kamila (pessoas especiais) e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

"Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe por provar o contrário." (ALBERT EINSTEIN).

RESUMO

SANTOS, Edilene de Jesus. Educação Ambiental e Agricultura Familiar: uma análise do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA. 2013. 44f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Este trabalho teve como temática a Educação Ambiental e suas relações com a prática da agricultura familiar no povoado de Lagoa das Flores, em Vitória da Conquista, Bahia. Para tanto a monografia objetivou analisar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do povoado de Lagoa das Flores. Dessa forma, procurou-se entre outros objetivos, destacar a importância da Educação Ambiental no auxílio de práticas nos cultivos oriundos da agricultura familiar, verificar a existência de relação entre desenvolvimento com sustentabilidade e a agricultura familiar e ainda analisar as contribuições do uso de técnicas próprias desenvolvidas pela comunidade para a diminuição dos impactos da atividade no meio ambiente. Percebeu-se que no local de estudo que os agricultores familiares surgem como atores que fixam o homem no campo, gerando emprego e renda para o meio rural, além de compartilharem de uma racionalidade que não está voltada para a destruição do ambiente, mas sim, na manutenção deste, através de técnicas menos agressivas como garantia para a sua reprodução familiar, ao mesmo tempo em que podem também perpetuar essa racionalidade em outras regiões.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Agricultura. Sustentabilidade.

ABSTRACT

SANTOS, Edilene de Jesus. Environmental and Family Farming Sustentabilidade. Educação: an analysis of the town of Lagoa das Flores in Vitória da Conquista, BA. 2013. 44f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This work had as thematic the Environmental Education and its relations with the practice of family farming in the town of Lagoa das Flores, in Vitória da Conquista, Bahia. For both the objective monograph this study aimed to analyze the importance of family farming in the development of the town of Lagoa das Flores in Vitória da Conquista, Bahia. Thus, we sought to among other objectives, highlighting the importance of environmental education in aid practices in cultures derived from the family farm, verify the existence of relationship between development and sustainability and family farming and examining the contributions of using proper techniques developed the community to reduce the impacts of activities on the environment. Thus, it was noticed that at the study site of this study, family farmers emerge as actors that secure the man in the field, generating employment and income for rural areas, as well as share a rationality that is not focused on the destruction of environment, but, in maintaining this through less aggressive techniques, as security for his family reproduction, while it can also perpetuate this rationality in other regions.

Keywords: Environment . Agriculture. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Bairro de Lagoa das Flores	24
Figura 2: Plantação de Flores	31
Figura 3: Plantação de Hortaliças	32
Figura 4: Plantação de Alface e Cebolinha	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de Homens e Mulheres do Total de Produtores Entrevistados	28
Gráfico 2 – Percentual da Idade dos Produtores Entrevistados	29
Gráfico 3 – Nível de Escolaridade dos Produtores	29
Gráfico 4 – Tempo que Trabalha com a Atividade Agrícola	31
Gráfico 5 – Distribuição da Produção por Culturas	33
Gráfico 6 - Renda Mensal Percebida pelos Produtores Rurais	33
Gráfico 7- Porcentagem de Produtores que Ainda Utilizam Produtos Químicos nas Lavouras	35
Gráfico 8 - Porcentagem de Produtores que Utilizam o Biogel na Produção	35
Gráfico 9 - Porcentagem da Importância da Educação Ambiental para Agricultura	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E MEIO AMBIENTE	14
2.1.1 Meio Ambiente e Sustentabilidade	16
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA A SOCIEDADE	18
2.3. AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE	19
2.3.1 Benefícios da Agricultura Familiar para o Meio Ambiente	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
3.1 LOCAL DA PESQUISA	24
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	25
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	25
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DE LAGOA DAS FLORES, VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA.	28
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA.....	30
4.3 RELAÇÃO ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR EM LAGOA DAS FLORES E OS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	42

1 INTRODUÇÃO

As discussões que se apresentam no século XXI relacionadas ao futuro das sociedades sejam no campo político, social, econômico e ambiental, quase sempre passam pela compreensão de que muitos dos problemas vividos hoje decorrem em parte do desenvolvimento e do padrão de vida acumulado.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, advindo da Revolução Industrial, determinou um novo padrão de produção, consumo e relações sociais para a população mundial. Tal busca por progressos técnicos, industrialização e avanço tecnológico, contribuíram de forma significativa para a transformação das relações econômicas e sociais não apenas no meio industrial como também, fizeram-se presente no campo.

A agricultura seria alvo dessas transformações, com a penetração do capital industrial, através do incremento de máquinas, equipamentos e insumos, capitaneados pela revolução verde, alterando a relação homem - natureza e configurando uma tentativa de industrializar o meio rural, subordinando a agricultura aos desígnios da indústria.

A demanda crescente do mercado mundial por commodities influenciam governos e lideranças da sociedade civil a defender a ampliação cada vez maior da oferta desses produtos. Nota-se a presença de atividades ligadas ao setor agroindustrial e de culturas com alto grau de tecnologia. Diante disso, tornou-se evidente para alguns autores que tendo Marx (1980) como referência acreditava que numa sociedade capitalista, a permanência e sobrevivência de uma razão não capitalista estariam condenadas ao desaparecimento, estas não se sustentariam num ambiente capitalista.

No entanto, em muitos países, inclusive no Brasil, as sociedades tradicionais e camponesas sobrevivem, persistem no capitalismo e na sociedade moderna, refutando na prática o pensamento clássico fundado na obra de Marx (1980). Nos dias atuais, essas sociedades por muitos tidas como tradicionais aparecem como alternativa, em estratégias de sustentabilidade, às transformações modernas e ao desenvolvimento predatório a elas devido.

Os problemas que marcam a contemporaneidade do capitalismo exigem que façamos uma discussão do desenvolvimento que envolva a questão da

sustentabilidade. Uma nova concepção de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental e na promoção da redução das desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais, toma corpo nas últimas décadas, requerendo uma nova forma de planejamento por parte dos gestores públicos.

A noção de desenvolvimento sustentável vem orientando vários programas de pesquisa. Seguindo nesta trajetória, o desenvolvimento vem sendo tratado sob novos paradigmas e entram no debate, qualificando o desenvolvimento, questões como sustentabilidade e meio ambiente.

Diante dessas transformações impostas ao meio rural, seria a agricultura familiar, através da educação ambiental uma tentativa de resgatar o elo entre agricultura e meio ambiente?

A hipótese que se apresenta é que a agricultura familiar contribui para a preservação do meio ambiente, através de utilização de técnicas que reduzem o uso intensivo de agrotóxicos, contribuindo para a ampliação de práticas de cultivo que agridam menos o meio ambiente.

Os problemas que marcam a contemporaneidade do capitalismo exigem que façamos uma discussão do desenvolvimento que envolva a questão da sustentabilidade. Uma nova concepção de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental e na promoção da redução das desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais, toma corpo nas últimas décadas, requerendo uma nova forma de planejamento por parte dos gestores públicos.

A noção de desenvolvimento sustentável vem orientando vários programas de pesquisa. Seguindo nesta trajetória, o desenvolvimento vem sendo tratado sob novos paradigmas e entram no debate, qualificando o desenvolvimento, questões como sustentabilidade e meio ambiente.

A busca por novas formas de desenvolvimento pautadas na participação social e na preocupação com o meio ambiente, ganha importância na medida em que fatores como escassez e destruição de recursos naturais não renováveis, utilização de tecnologias predatórias na natureza, poluição crescente do meio ambiente, entre outros, começam a chamar a atenção para a forma como se estabeleceu as bases do desenvolvimento, sobretudo na agricultura.

Para tanto, o presente trabalho objetivou analisar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista - Bahia. Dessa forma, procurou-se entre outros objetivos, destacar a

importância da Educação Ambiental no auxílio de práticas nos cultivos oriundos da agricultura familiar, verificar a existência de relação entre desenvolvimento com sustentabilidade e a agricultura familiar no Povoado de Lagoa das Flores- Vitória da Conquista –BA e ainda analisar as contribuições do uso de técnicas próprias desenvolvidas pela comunidade para a diminuição dos impactos da atividade no meio ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura pode ser considerada como uma das atividades mais antigas realizadas pelo homem. É da agricultura que o homem retira o alimento que fornece a base para a consolidação de suas atividades, inclusive daquelas relacionadas ao trabalho. Como sendo uma atividade que gera excedente, a agricultura pode ser também considerada fonte de renda e a sua prática geradora de emprego para as populações rurais. Neste sentido, a busca por novas perspectivas que venham a fortalecer essa atividade no meio rural, torna-se nos dias atuais a chave para a compreensão e formação de um desenvolvimento local sustentável.

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E MEIO AMBIENTE

A valorização do local nasce como uma forma de procurar desenvolver as potencialidades locais, fortalecendo as regiões para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações aí inseridas.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (VEIGA, 2008, p.26).

Os problemas que marcam a contemporaneidade do capitalismo exigem que façamos uma discussão do desenvolvimento que envolva a questão da sustentabilidade. Uma nova concepção de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental e na promoção da redução das desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais, toma corpo nas últimas décadas, requerendo uma nova forma de planejamento por parte dos gestores públicos.

A noção de desenvolvimento sustentável vem orientando vários programas de pesquisa. Seguindo nesta trajetória, o desenvolvimento vem sendo tratado sob novos paradigmas e entram no debate, qualificando o desenvolvimento, questões como sustentabilidade e meio ambiente.

A busca por novas formas de desenvolvimento pautadas na participação social e na preocupação com o meio ambiente, ganha importância na medida em que fatores como escassez e destruição de recursos naturais não renováveis, utilização de tecnologias predatórias na natureza, poluição crescente do meio ambiente, entre outros, começam a chamar a atenção para a forma como se estabeleceu as bases do desenvolvimento.

A primeira concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi instituída e amplamente difundida até o início dos anos 60, pela não necessidade de distinguir crescimento econômico de desenvolvimento, porque as nações que havia se tornado ricas eram também as mais desenvolvidas e pautadas na industrialização. E os países que se encontravam subdesenvolvidos eram os países pobres, onde o processo de industrialização ainda era incipiente ou não havia começado.

Todavia, foram acontecendo fatos e modificações que contrapunham essa ideia. Percebeu-se que apesar da onda de explosão de desenvolvimento e industrialismo marcado pelo crescimento econômico durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados, inclusive no Brasil, não se traduziu no acesso das populações mais pobres aos bens materiais e culturais como ocorrera nos países desenvolvidos, a começar pelo acesso à saúde e educação.

Diante disto, até meados dos anos de 1970, o conceito de desenvolvimento era identificado como o progresso material. O crescimento econômico era tido como sinônimo de desenvolvimento. Segundo Veiga (2008), com o surgimento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, o crescimento da economia passa a ser entendido de outra maneira, sendo que os resultados apresentados não se traduziam em benefícios para as pessoas. Partem daí, as reflexões sobre as políticas de desenvolvimento que deveriam ser estruturadas em outros valores e não só o econômico.

Em outra abordagem, entendendo desenvolvimento como mito, Veiga (2008), aponta para a concepção de Furtado (2000), em que o autor relata que ainda pautado no desenvolvimento econômico, os países que lideraram a revolução

industrial instauraram padrões de consumo que poderiam ser alcançados às grandes massas da população que se expandem de forma rápida na periferia. “Essa ideia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial” (FURTADO, 2000, p.16).

Na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen (2000), mostra que a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento. Com isso, as concepções de desenvolvimento, foram tomando novas proporções e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, educação, saúde, foram fatores que passaram a ser inseridos nesta discussão.

Como mostra Sen (2000), o desenvolvimento pleno requer a eliminação das principais fontes de privação da liberdade humana, que são a pobreza, a tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, além de negligência dos serviços públicos.

A busca por novas formas de desenvolvimento, participação social, preocupação com o meio ambiente, ganha importância na medida em que fatores como desperdício de recursos naturais não renováveis, utilização de tecnologias predatórias na natureza, poluição crescente do meio ambiente, escassez de alimentos, falta de moradia, aumento do índice de violência, entre outros, começam a chamar a atenção para a forma como se estabeleceu as bases do desenvolvimento.

Neste sentido, torna-se essencial a compreensão de que o desenvolvimento deve ser tratado sob novos aspectos, incluindo o meio ambiente e várias discussões são apontadas nesta direção.

2.1.1 Meio Ambiente e Sustentabilidade

Todo esse processo de desenvolvimento baseado na industrialização e no consumo de recursos naturais tendo estes como inesgotáveis começa a gerar discussões. Tendo em vista a escassez de recursos naturais e que estes são limitados, as populações mundiais começam a discutir o futuro das nações, baseado nesse molde de desenvolvimento. Porém Faladori (2001) mostra que “A consciência

de que o ser humano afetou a biosfera de forma radical, provocando consequências que podem por em risco a sua própria vida, vem se construindo desde a década de 70". (FALADORI, 2001, p.101).

A conferência de Estocolmo em 1972 trouxe à tona a preocupação com a ecologia, o meio ambiente e a necessidade de uma pesquisa permanente e global das possibilidades do futuro humano.

Em 1987, foi lançado o Relatório do Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland, definindo a urgência de debates para a integração das questões ambientais com as questões relativas ao desenvolvimento econômico através da promoção de reuniões que pudessem guiar os governos do planeta em direção à sustentabilidade.

Segundo Carvalho (1995), as primeiras discussões sobre o conceito de Ecologia estavam baseadas no clube de Roma, em que dizia que o consumo industrial dos recursos naturais seria a causa da limitação do homem dentro da natureza. Faz uma crítica ao crescimento econômico. O conceito de Ecologia surgiu para limitar a ideia de progresso. Essa ideia difundida anteriormente, não seria mais tão benéfica.

Ainda segundo o autor acima citado, a ECO-92 propõe um segundo avanço no conceito de Ecologia, pois defende que os países pobres não precisam e não devem estar subordinados a uma ordem produtiva secundária, feita de uma maneira a garantir a riqueza do planeta, da qual não se retira nem uma parte do mínimo sustentável.

Hoje a partir da evolução deste conceito, podem-se visualizar modelos de apropriação da natureza e de relação entre Estados, sociedades e cidadania, desde o seu aspecto produtivo ao estilo de vida.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado em 1987, pela Comissão do Meio Ambiente, é definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p.46). Partindo desse conceito de Desenvolvimento, Carvalho aponta "que não pode haver desenvolvimento sustentável, nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, enquanto as populações carentes não tiverem suas necessidades sociais básicas – sobretudo alimento, vestuário, habitação, emprego e lazer- atendidos". (CARVALHO, 2001, p.206.).

Esse conceito amplamente difundido e adotado pelas instituições como parâmetro a ser seguido na elaboração de projetos e orientação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade gera algumas discussões e coloca a sustentabilidade em questão.

É uma proposta de uma política ambiental global - elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital – de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais, somente apresentadas como uma alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, com referência às estratégias de construção de sua plausibilidade. (FERNANDES; GUERRA, 2003, p.140).

Destarte, é necessário partir do entendimento de que as transformações que precisam ser inseridas na sociedade, pautada num consumo mais racional, entendendo a fragilidade e escassez de recursos, passa pela educação. Esta educação não está relacionada apenas a educação formal, mas sim, uma educação ambiental que reintegre a relação mútua entre homem e natureza.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL PARA A SOCIEDADE

A conscientização a respeito da preservação de qualquer bem, seja ele público ou privado, deve partir da educação. Através da educação o indivíduo passa a compreender que faz parte de uma sociedade e como parte integrante, é responsável por ela.

Em se tratando do meio ambiente, essa percepção torna-se mais complexa. Tudo isso, devido às ideias difundidas de separação entre homem e meio ambiente, proporcionando uma racionalidade de dominação.

Neste sentido, para reverter esses conceitos pré-concebidos, a educação ambiental surge como uma mola propulsora para a retomada do elo de integração entre homem e natureza, tendo por concepção de que o homem faz parte do meio em que vive.

Segundo Reigota (2001) a educação ambiental pode ser definida como:

A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ele reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. (REIGOTA, 2001, p.10).

Portanto, a educação ambiental torna-se uma extensão da educação, no momento em que contribui para o crescimento dos cidadãos e os habilitam a lutar por melhorias para os problemas enfrentados pela sociedade.

Ainda segundo Reigota (2001) na carta de Belgrado foram definidos seis objetivos para a educação ambiental, são eles: conscientização, conhecimento, comportamento, competência, capacidade de avaliação e participação.

A participação é um item fundamental. As mudanças e transformações que possam proporcionar um ambiente mais saudável tanto no aspecto social, econômico e ambiental, só pode ser construído com a participação da sociedade através de seus atores sociais.

A lei nº 9795/1999 define a educação não formal como: “As ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização na defesa da qualidade do meio ambiente”. (BRASIL, 1999, p.5). Neste sentido, em se tratando do meio ambiente ao qual está inserido a atividade agrícola, a utilização e conhecimentos tácitos dos produtores rurais aliados à retomada de formas mais sustentáveis de cultivo da terra, seria essencial para a conscientização e a prática da educação ambiental no meio rural.

Dessa forma, a agroecologia torna-se importante para difundir essas práticas para os agricultores, que encontram alternativas menos agressoras ao meio ambiente além de realizar um cultivo mais sustentável.

2.3. AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE

O modelo de desenvolvimento hoje dominante no mundo, o capitalismo, proporcionou transformações profundas na relação homem natureza. O processo de industrialização, aliado à modernização do padrão produtivo vivido pela sociedade capitalista ao longo do tempo, contribuíram para modificar tal relação na agricultura.

Uma abordagem interessante sobre a interação humana e a natureza, tendo como parâmetros o desenvolvimento, considerando variáveis como o aumento

populacional e a utilização dos recursos naturais é analisada por Malthus (1996), o qual nos traz uma visão determinística do meio ambiente e dos recursos, limitando os indivíduos de construir sociedades complexas.

A teoria Malthusiana, alertava sobre o crescimento da população, em que esta cresceria em progressão geométrica superior à produção de alimentos, que cresceria em progressão aritmética. Defendia que a contenção do avanço populacional seria a garantia de abastecimento alimentar para todos, e a consequência da não contenção desse avanço seria que a miséria e a pobreza continuariam a afligir a humanidade.

Malthus (1996) levantou questões muito interessantes, como por exemplo, anunciar os limites de crescimento econômico, que seria retomada pelo Clube de Roma em 1972, em que grandes debates enfatizavam a degradação dos recursos naturais provocada pelo crescimento populacional e o desenvolvimento industrial capitalista. No decorrer da história, as transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais, refutam Malthus e mostram que a agricultura e a produção agrícola alcançaram altos índices de produtividade ao longo do tempo.

A abordagem defendida por Boserup (1987) e que contraria a premissa de Malthus, assegura o crescimento populacional como incentivo às inovações tecnológicas, trazendo a questão da tecnologia como solução aos problemas de abastecimento de alimentos. Está presente nesta visão, a teoria de Schumpeter enfatizando a atuação do estresse sistêmico da produção com as inovações tecnológicas implementadas na agricultura. Retoma a produtividade através do incremento tecnológico, aumentando dessa maneira a capacidade de suporte de um sistema, podendo ser alterada pela tecnologia.

Sobre o problema do crescimento da população e a produção de alimentos Boserup (1987), analisa este ângulo com relação às transformações e inovações técnicas na agricultura e suas relações com o crescimento demográfico. Assim, o incremento demográfico associado à intensificação do uso da terra, resultaria em longo prazo, no encurtamento e até o desaparecimento do sistema de pousio. Dessa forma, o atendimento às necessidades de abastecimento da população estaria vinculado ao uso intensivo da terra, formalizando a pressão que esta incide sobre o meio ambiente.

Ainda para Boserup (1987), a fertilidade do solo é uma variável associada às mudanças de densidade da população que se relaciona com as mudanças dos

métodos agrícolas. Este fator, fertilidade do solo, é visto não como um dado permanente e natural e sim como um fato humano e social, portanto historicamente criado. Além disso, a intensificação do uso da terra, a introdução de maquinários em substituição à mão de obra no campo, acaba gerando consequências sociais que promove o deslocamento de parte da população rural para as cidades.

As abordagens apresentadas acima mostram a preocupação com o crescimento populacional e a pressão que este fator imprime na agricultura. Porém a análise torna-se mais crítica, na medida em que a agricultura sofre as transformações imposta pelo capitalismo e passa a ser dominada pelo mercado, intensificando a produtividade, modificando as relações sociais no campo, em prol de uma racionalidade industrial.

Com as modificações impostas pelo sistema capitalista cabe identificar as relações existentes no campo, sobretudo de uma agricultura que diferente da agricultura convencional, busca uma relação mais estreita com o meio ambiente, que seria a agricultura familiar.

2.3.1 Benefícios da Agricultura Familiar para o Meio Ambiente

Em anos recentes, a preocupação com a crise energética está incentivando países a mudarem suas matrizes energéticas, colocando a agricultura como forma de resolver o problema energético, transformando áreas antes destinadas à produção de alimentos em áreas em que são plantadas oleaginosas para a produção de biocombustíveis. McMichael (2009) neste sentido associa a crise de alimentos como decorrência das políticas neoliberais instaladas nos países em desenvolvimento, apontando a racionalidade dos países centrais em eliminar a economia camponesa, validando a agricultura empresarial, desestabilizando as pequenas culturas agrícolas e a capacidade de fornecimento de alimento das mesmas.

Aliado a isto, ele mostra a preocupação com a agricultura e suas especificidades, acreditando que a unidade camponesa é provida de mecanismos que podem promover um desenvolvimento sustentável.

As pesquisas realizadas acerca da dimensão da agricultura familiar sejam em trabalhos de Silva (1978) que apontam “a agricultura familiar apesar da falta de apoio, é responsável por 40% da produção agropecuária” (SILVA, 1978, p.247), como trabalhos de Costa (2001), que mostra que na Amazônia em 1995, dos 443.570 estabelecimentos da região Norte, 93% são estabelecimentos familiares e 7% patronais. (COSTA, 2001, p. 79) e em trabalhos de Santos (2011) que apontam para o Estado da Bahia:

A agropecuária no Estado da Bahia chegou a meados dos anos de 1990 movidos por 2.327.451 trabalhadores rurais, organizados por 664.882 unidades produtivas, das quais 637.983 unidades camponesas e 26.899 unidades patronais. Sob as formas de produção, camponeses e patronais dispunham em conjunto de 29,8 milhões de hectares, cabendo aos primeiros 12,3 milhões de hectares e ao segundo 17,5 milhões de hectares. (SANTOS, 2011, p.90).

Esses dados mostram a importância do campesinato para o setor rural da Bahia e a natureza tem um fator importante para estes atores sociais que permanecem e são ativos discordando da visão unilateral que parte da indústria e modela a agricultura, sendo esta uma visão parcial. Os camponeses também contrastam e estabelecem a tensão entre as duas forças, formas conflituosas que constroem a dualidade e realidade do espaço rural.

Neste sentido, é fundamental o resgate de técnicas de cultivo que associem a preservação ambiental com a atividade produtiva, e a agroecologia perpassa por esta nova concepção para a agricultura.

A agricultura sustentável, dentro da ótica da agroecologia, adota como princípio a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais.

A sustentabilidade da agricultura vai além do aspecto puramente tecnológico, ou econômico. Ela necessita de uma nova orientação dos padrões de organização socioeconômica, técnica e espacial do meio rural. Isso implica dizer que a sustentabilidade da agricultura vai além do setor rural.

Para Almeida, Cordeiro e Petersen (1996), a dimensão essencial, estratégica da sustentabilidade está na criação de uma cultura ecológica que penetre, motive e mobilize as instituições encarregadas da elaboração da implantação das políticas públicas, que seja igualmente incorporada pelas organizações da sociedade civil e

por outros agentes socioeconômicos e políticos, direta ou indiretamente relacionados com a agricultura.

A agricultura familiar é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do homem com o meio ambiente, para que ele possa retirar o sustento da terra sem que para isso, tenha que acabar com os recursos naturais. A sustentabilidade que essa forma de produzir promove é o que irá garantir a continuidade das próximas gerações. Incentivar e fortalecer a agricultura familiar são o que trará o desenvolvimento construído na base da responsabilidade social, ambiental e econômica.

Segundo dados da Fetraf (2012), a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do país, e busca empregar cada vez mais práticas agroecológicas de produção, com a criação de quintais agroflorestais, produtos orgânicos, etc.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada no Bairro de Lagoa das Flores, localizado em Vitória da Conquista – BA às margens da BR 116 km 10, a Figura 1 representa sua localização.

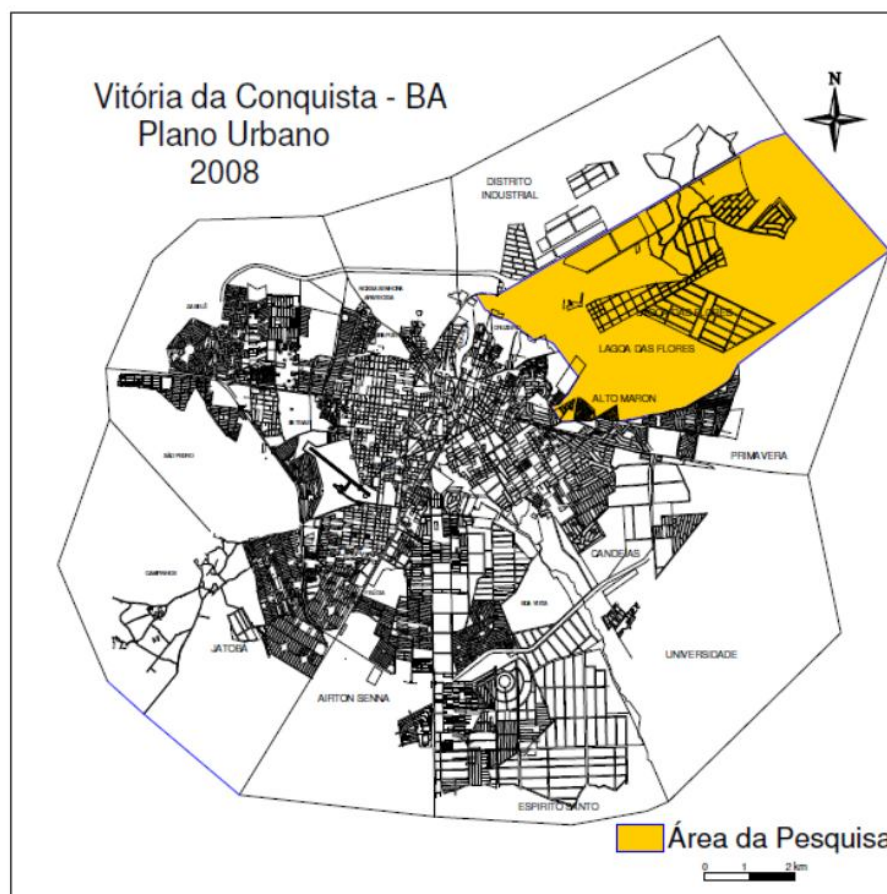


Figura 1: Localização do Bairro de Lagoa das Flores.
Fonte: DEENCOP/Lab.Cart. 2008.

O Bairro tem uma área aproximada de 500 ha e é formada por um conglomerado de pequenos produtores que cultivam hortaliças e flores em lotes que variam entre 1000m² a 30.000m² em média 1,1 ha por propriedade. Lagoa das Flores é fruto do desmembramento de uma grande fazenda de café nos anos 30, a fazenda foi vendida em lotes os quais foram comprados por moradores de Vitória da Conquista e região, sendo que os primeiros moradores tinha como atividade econômica a fabricação de tijolos e a produção agrícola era quase inexistente.

No entanto Lagoa das Flores foi integrada como Bairro de Vitória da Conquista pela lei nº 952 de 1998, porém já era considerada área urbana do município desde 1993, mesmo sendo avaliada legalmente como área urbana ainda existem aspectos da ruralidade, como: a organização social dos moradores, produção agrícola voltada para o sustento da família através do consumo e comercialização, da produção em horticultura e flores que abastecem o mercado local marcada também pela resistência dos produtores quanto ao processo de urbanização que se expande pelo espaço rural.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Quanto ao tipo de pesquisa, segundo Gil (2009) a mesma se caracteriza como uma pesquisa exploratória, na medida em que se realizou um estudo de caso de determinada comunidade, na pesquisa foi analisado o caso da evolução da agricultura familiar no povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA e seus rebatimentos e contribuições para a melhoria do meio ambiente da região.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa se caracterizou como estudo de caso e como tal, necessitou-se da utilização de alguns procedimentos de pesquisa, como: observação, análise de documentos, entrevista, história de vida. Para esta abordagem, foi realizada a aplicação de 51 questionários (Apêndice A) a alguns produtores do povoado de

Lagoa das Flores, em Vitória da Conquista. A aplicação do questionário foi realizada no dia 25 de novembro de 2013.

A amostragem aleatória simples é a maneira mais fácil para selecionar uma amostra probabilística de uma população, ou seja, quando todos os elementos da amostra têm a mesma probabilidade de ser incluído na amostra. Assim, a amostra é escolhida de forma que cada item da população seja incluído e Segundo Barbeto (2001), é uma maneira bastante precisa e apresenta todos os elementos da população com probabilidade conhecida de serem escolhidos para fazer parte da amostra. O processo consiste em selecionar uma amostra “n” a partir de uma população “N”.

Para o cálculo de amostra aleatória simples para ciências sociais, o autor considera que:

N= Tamanho da População

Eo= Erro amostral tolerável

no= primeira aproximação do tamanho da amostra

n= Tamanho da amostra

Sendo:

$$n_0 = \frac{1}{(E_0)^2} \quad n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad .(eq.1)$$

Para o estudo, a população identificada foi de N= 100 produtores familiares, admitindo um erro amostral de Eo = 10%, seguindo a aplicação abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{(0,10)^2} \quad no = \frac{100 \cdot 100}{100 + 100}$$

$$n_0 = \frac{1}{(0,01)^2} \quad no = \frac{10000}{200}$$

$$n_0 = 100$$

$$no = 50.$$

Dessa forma, foram aplicados 51 questionários para a obtenção dos dados para análise em estudo.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu como ação decorrente da coleta dos dados. Neste contexto e a partir da problemática que se pretende discutir, de acordo com Vidal (2006) esta pesquisa intitula-se de cunho qualitativa. Para Gunther (2006), nas ciências sociais empíricas, existem três aproximações para se entender o comportamento e os estados subjetivos dos indivíduos, sejam eles: a) observar o comportamento que ocorre de forma natural no âmbito real; b) criar situações artificiais e observar o comportamento frente a essas situações; e c) perguntar às pessoas como elas pensam, age diante de algumas situações.

Cabe salientar, que a utilização de dados quantitativos torna-se imprescindível para a análise pretendida oferecer uma maior compreensão da realidade, contribuindo para o enriquecimento do estudo. Na medida em que os dados registrados referentes à pesquisa em questão, servindo-se de complemento para a análise, aliando a objetividade e a subjetividade para entender a realidade pretendida. Assim, como pretendia Bourdieu (1987), propondo uma análise subjetiva a partir da objetivação, ou seja, apreendendo que quando um número é qualificado, o mesmo deixa de ser apenas um número e passa a ter uma qualificação social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DE LAGOA DAS FLORES, VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA.

A aplicação de 51 questionários aos produtores de Lagoa das Flores proporcionou a obtenção de informações importantes, para analisar e caracterizar a atividade agrícola desenvolvida no povoado.

Os dados obtidos em relação ao sexo dos produtores informam conforme Gráfico 1, que cerca de 72% dos agricultores entrevistados eram do sexo masculino, correspondendo a 37 do total de entrevistados.

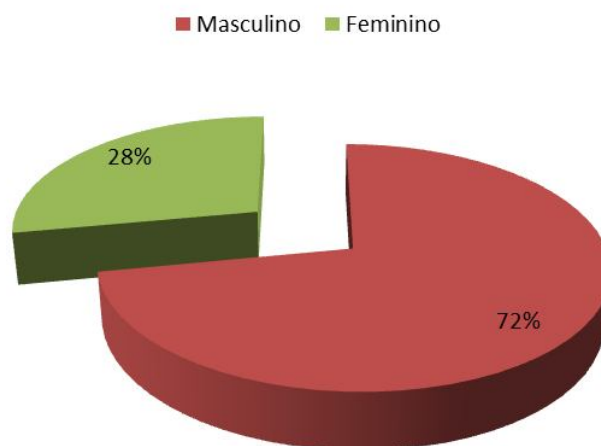


Gráfico 1: Porcentagem de Homens e Mulheres dos Produtores Entrevistados.

Os dados acima corroboram com o total de chefes de família que com base nos dados coletados tinham em sua maioria como chefes de família os homens, sendo estes responsáveis pelo sustento da família.

Quanto à idade dos produtores entrevistados, percebe-se que 43% tinham idade entre 41 e 50 anos, seguida por aqueles que possuíam mais de 50 anos de idade, compondo 31% dos entrevistados como pode ser observado no Gráfico 2.

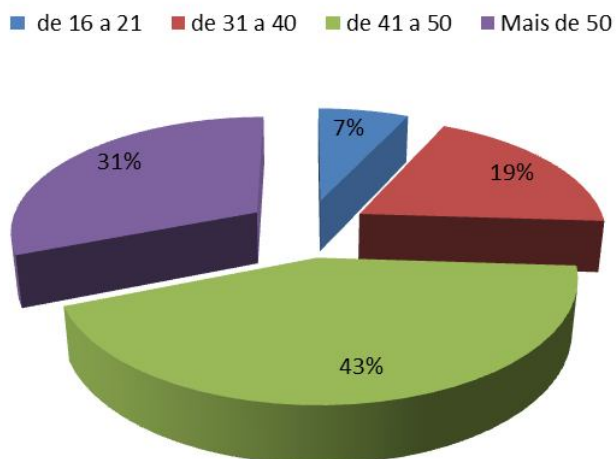


Gráfico 2: Percentual da Idade dos Produtores Entrevistados.

A educação é fundamental para a formação dos indivíduos e a partir dela, podem-se criar possibilidades de crescimento e avanços que contribuem para uma melhor qualidade de vida. Com relação a este aspecto, os dados da pesquisa mostrou que 47% dos produtores entrevistados possuíam o ensino fundamental completo e apenas 3% tinham concluído o ensino médio, conforme Gráfico 3.

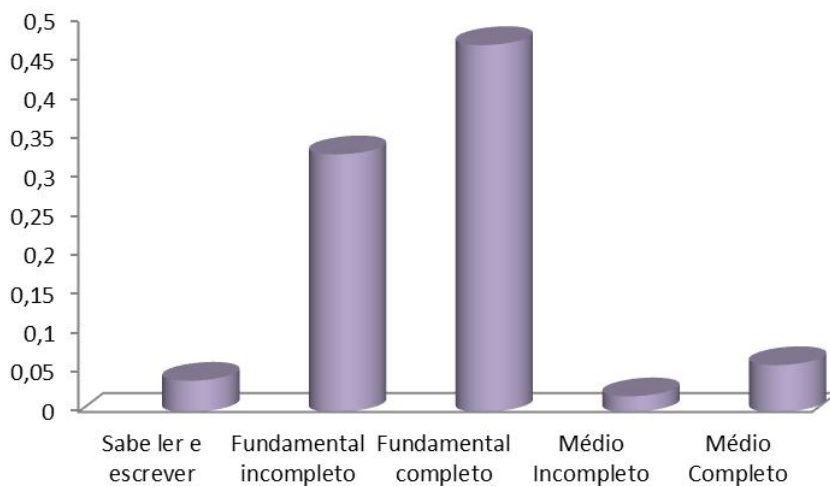


Gráfico 3: Nível de Escolaridade dos Produtores.

Esses dados podem estar relacionados com o problema do analfabetismo que é considerado alto no Nordeste, sobretudo em alguns estados, como é o caso da Bahia. Também pode ser explicado, pelo fato de muitos agricultores relataram ter deixado de estudar para ajudar os pais na roça, fato também recorrente na região Nordeste.

Quanto ao número de dependentes e conseqüentemente de filhos em cada família, os dados mostraram que 51% das famílias tinham entre 1 e 2 filhos, seguido por 35% das famílias com 3 a 5 filhos. Este dado torna-se interessante, na medida em que se percebe a redução do número de filhos no ambiente rural, nos dias atuais.

Isto pode ser explicado pelas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas que acabaram influenciando na quantidade de filhos das famílias, sobretudo nas rurais.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA

O estado da Bahia encontra-se entre os que concentram a maior porcentagem de agricultores familiares, quando comparado aos outros estados que compõem a Federação. Portanto apesar de apartir da década de 90, muitos empreendimentos voltados para a agricultura patronal, tenham avançado na região Oeste do Estado, estudos realizados apontam a importância da agricultura familiar para o estado.

Destarte, analisando o povoado situado em Vitória da Conquista, percebeu-se que boa parte dos trabalhadores entrevistados, cerca de 94% dos produtores exerce a atividade agrícola a mais de dez anos (Gráfico 4).

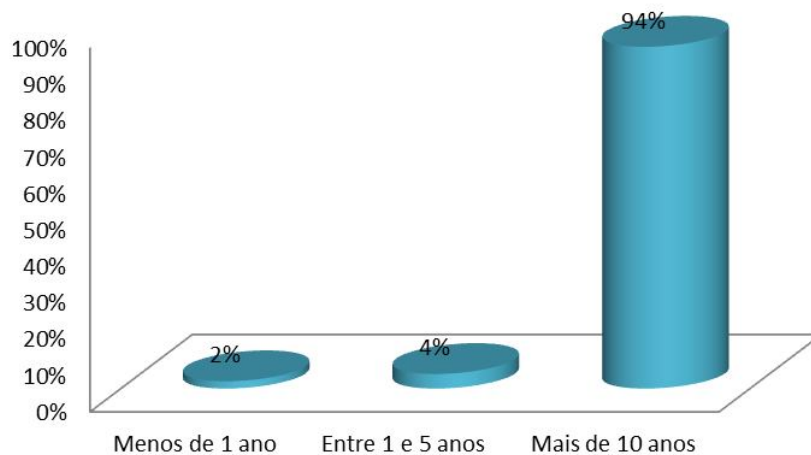


Gráfico 4: Tempo que Trabalha com a Atividade Agrícola.

Dentre as atividades desenvolvidas estão à horticultura com a plantação de coentro, cebola, salsa, cebolinha, beterraba, cenoura, couve, sendo estes complementados com a produção de flores que vem sendo desenvolvida na região. Figuras 2, 3 e 4.



Figura 2: Plantação de Flores.



Figura 3: Plantação de Hortaliças.



Figura 4: Plantação de Alface e Cebolinha.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos produtores o Gráfico 5, mostra que grande parte cerca de 60% dos produtores, cultivam hortaliças e apenas 7% praticam a floricultura. Embora haja o consórcio dentro da propriedade de alguns produtores que cultivam ambas as culturas, representando 33% dos entrevistados.

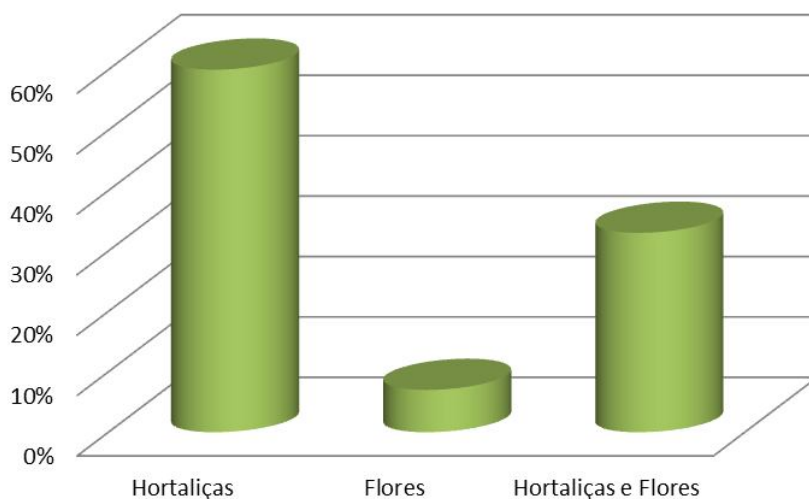


Gráfico 5: Distribuição da Produção por Culturas.

A atividade agrícola torna-se uma fonte de renda para os produtores que residem na zona rural, caracterizando a agricultura familiar como garantidora desta renda. Neste sentido, os dados mostram que a renda percebida pelos agricultores entrevistados concentra-se a maior parte entre R\$ 550,00 e R\$ 1.000,00, demonstrando a importância desta atividade no povoado. Alguns produtores, cerca de 10% chegam a receber em média mensais acima de R\$1.000,00, conforme Gráfico 6.

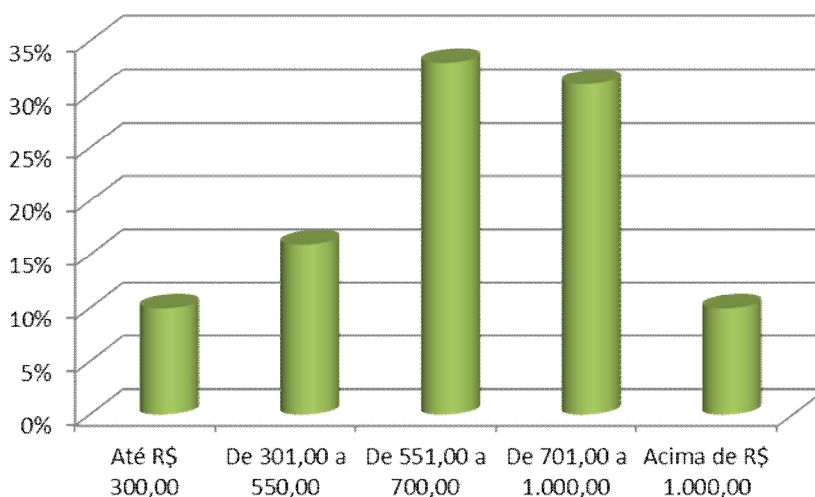


Gráfico 6: Renda Mensal Percebida pelos Produtores Rurais.

Dentre as informações obtidas, cerca de 61% dos produtores estão associados a cooperativas e apenas 39% ainda não participam. Os motivos da não participação foram relatados por alguns, de não sentirem confiança em participar dessas associações. Cabe salientar que foi relatado pelos produtores, que os mesmos comercializam sua produção para as escolas do povoado, através do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA¹, criado pelo governo Federal, para destinar a produção dos agricultores familiares locais.

4.3. RELAÇÃO ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR EM LAGOA DAS FLORES E OS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE.

Ao longo do trabalho, destacou-se a relação importante que é estabelecida entre a agricultura familiar e o meio ambiente. Partindo dessa análise, os dados apontam que todos os produtores entrevistados no povoado de Lagoa das Flores utilizam adubo orgânico (esterco de gado, esterco de galinha, etc.), como meio de adubação para as suas culturas. Isto posto, o Gráfico 7, apresenta a porcentagem de utilização de produtos químicos pelos produtores. Os produtos químicos aos quais se referiam era a ureia, entre outros.

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. (MDS,2013).

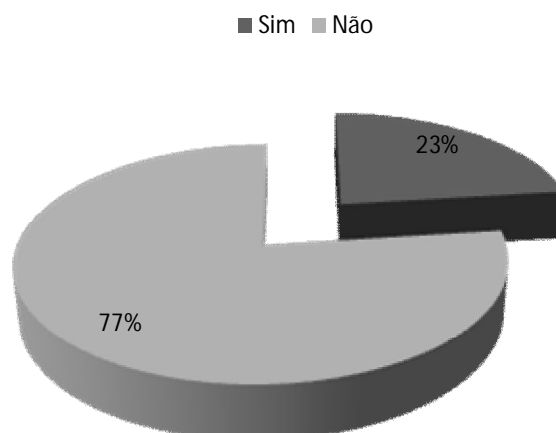


Gráfico 7: Porcentagem de Produtores que Ainda Utilizam Produtos Químicos nas Lavouras.

Os agricultores, por meio de treinamento e capacitação realizados por engenheiros agrônomos, começaram a produzir um tipo de adubo natural sendo denominado (BIOGEL)². Cerca de 40% dos produtores já utilizam este recurso e afirmam as melhorias proporcionadas pelo mesmo, Gráfico 8. Além desse produto, são incrementados outros materiais orgânicos como urina de vaca e melão de cana, para permitir uma melhor fixação do produto á planta.

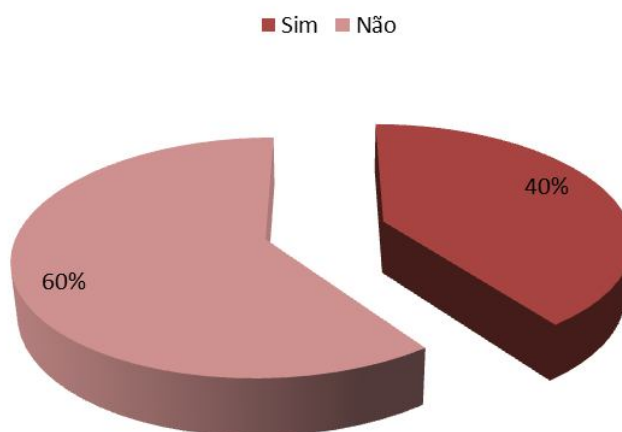


Gráfico 8: Porcentagem de Produtores que Utilizam o Biogel na Produção.

² O Biogel é um tipo de biofertilizantes, fertiprotetores, provenientes de um processo de decomposição da matéria orgânica (animal ou vegetal), sendo os mais comuns produzidos através de fermentação aeróbica (com presença de oxigênio), em meio líquido. O resultado da fermentação é um resíduo líquido, utilizado como adubo foliar e defensivo natural, normalmente rico em matéria orgânica e microorganismos. (EMBRAPA,2009).

Dentre as vantagens da utilização do Biogel e de produtos orgânicos pelos produtores, foi relatada a diminuição dos custos de produção, já que os produtos comprados em casas de produtos agropecuários acabavam onerando a produção. Além da questão ambiental, redução de produtos químicos, facilitando e proporcionando uma produção mais saudável tanto para quem produz, quanto para quem vai ser o consumidor final do produto. Com relação à importância da Educação Ambiental para melhorar a convivência com o meio Ambiente, todos os produtores acharam importante a educação ambiental, como elemento conscientizador, que transforma a visão dos produtores familiares e o meio ambiente, Gráfico 9.

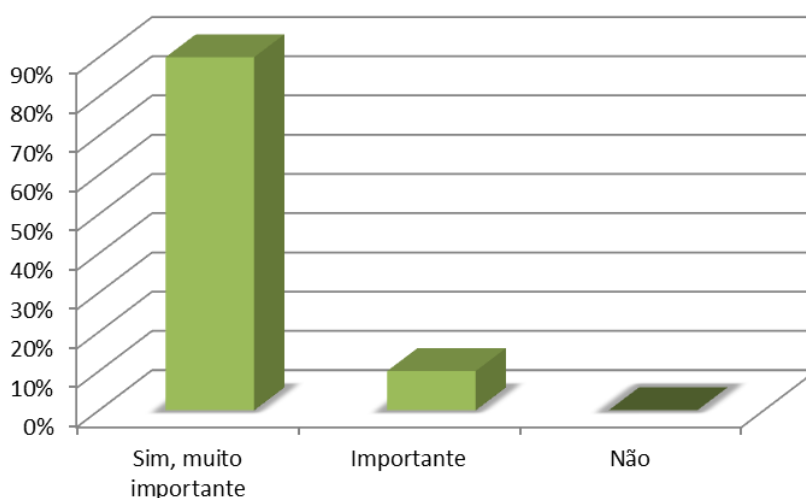


Gráfico 9: Porcentagem da importância da Educação Ambiental para Agricultura

Diante disso, percebe-se a agricultura familiar como agente modificador do meio rural, na medida em que a educação ambiental contribui para que esses agricultores tenham consciência do ambiente em que vivem e passem a preservá-lo, pois é dele que provém o sustento das famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da realização desta pesquisa, chega-se a determinadas considerações a partir dos conceitos trabalhados pelos principais autores que tratam das questões relacionadas ao Campesinato. Nesse sentido, pode-se afirmar que o pensamento de Marx e outros autores como Lênin e Kautsky que acreditavam na diluição do campesinato pelo capitalismo, não se consolidou na atualidade.

Esta abordagem serviu como base ao processo de modernização da agricultura, intitulada como “revolução verde”, fruto da industrialização adotada no mundo capitalista pós - Segunda Guerra. Movimento este, que orquestrou o processo de apropriação e substitucionismo conduzindo a uma perda da importância da atividade rural, posto que a lógica rural seja diferente da lógica industrial.

E este processo de transformações tecnológicas, dinâmica mediada pela lógica geral da industrialização, lógica esta que leva a homogeneização dos campos. Esta foi a concepção de desenvolvimento internalizada por várias economias e países e também no Brasil. Desse modo, verifica-se que apesar da grande modernização da agricultura, sendo esta subordinada ao capital e difundida em escala mundial, a participação da agricultura familiar se faz presente e atuante em todo o mundo.

Diante disso, ao longo do trabalho foram apresentados alguns conceitos relacionados à Educação Ambiental, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, partindo do pressuposto de esses conceitos e elementos juntos, podem gerar condições para a construção de um modo de produção mais sustentável e traga de volta, o respeito e a relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente.

Os dados obtidos através da aplicação de questionário aos produtores mostraram que a Educação Ambiental associada a novas práticas de cultivo são ferramentas essenciais para fortalecer as bases para uma produção mais saudável e com menos utilização de agrotóxicos, confirmando a possibilidade de a agricultura familiar contribuir para um desenvolvimento local sustentável.

Entre os dados apresentados, cerca de 40% dos agricultores familiares já utilizam uma nova técnica de produção de adubos, com materiais orgânicos que conseguem obter bom rendimento, com menores custos e menos impactos ao meio

ambiente. Apenas 23% dos agricultores ainda utilizam algum tipo de produto industrializado, sendo que um percentual de apenas 10% desses produtos é utilizado na lavoura.

Com os dados apresentados pode-se notar que assim como no povoado de Lagoa das Flores, em Vitória da Conquista/Bahia, os agricultores familiares surgem como atores que fixam o homem no campo, gerando emprego e renda para os trabalhadores no meio rural, além de compartilharem de uma racionalidade que não está voltada para a destruição do ambiente, mas sim, na manutenção deste, através de técnicas menos agressivas ao meio ambiente, como garantia para a sua reprodução familiar, podem também perpetuar essa racionalidade em outras regiões.

Este fator poderia contribuir e configurar elementos que surgissem como alternativas em termos de políticas para o setor rural em que pudessem ser verificadas de que modo à presença maior ou menor desses agricultores familiares no setor agrícola, qualificaria o desenvolvimento da agricultura no que se refere à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

____ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002)

BARBETA, P. A. **Estatística aplicada a ciências Sociais**. 4 ed Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

BOSERUP, Esther. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec.1987.

BOURDIEU, P., et al., “ **La construccion del objeto**”, In El ofício de sociólogo, Madri, siglo Veintiuno, 1987.

BRASIL, Governo Federal. **Lei de educação ambiental nº 9795/99**. Brasília: 1999.

CARVALHO, N.V. de. **Estocolmo à ECO 92**. In: RESENDE, P.E.A. (Org.). Ecologia, Sociedade e Estado. São Paulo: Educ, 1995.

CARVALHO, I. **A Invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORDEIRO, A.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Crise Sócio-Ambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Mimeo. Rio de Janeiro, 1996. 50 p.

COSTA, F de A. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte:Contexto e impactos. **Novos Cadernos Naea**. v.4. n.1, p. 73-102. Jun, 2001.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Produção e uso de biofertilizantes em sistemas de produção de base ecológica.** http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/circulares/Circular_78.pdf. Acesso em Nov.2013.

FALADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas-SP: UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FERNANDES, Marcionila, GUERRA, Lemuel (Org.) **Contra discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém, Pará, UNAMAZ, 2003.

FETRAF. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <http://www.fetra.org.br/artigos/artigos/11/agricultura-familiar-a-favor-da-vida-do-meio-ambiente-da-sustentabilidade>. Acesso em nov/2013

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** *Psic.: Teor. e Pesq.*[online]. 2006, vol.22, n.2, pp. 201-209. ISSN 0102-3772. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: set. de 2013.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 5. ed. Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de aquisição de Alimentos.** <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>. Acesso em: Nov/2013.

MCMICHAEL, Philip. **A food regime analysis of the 'world food crisis.** Agriculture and HumanValues, Springer, 31 July 2009.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SANTOS, E.J. **Economia camponesa e políticas de desenvolvimento: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011, 142p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, José F. Graziano da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Col. Estudos Rurais)

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed..Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIDAL, Josep Pont. **A realidade social é externa ao indivíduo?** Uma aproximação à pesquisa qualitativa. PAPER DO NAEA 203, NOVEMBRO DE 2006. [online]. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper56.pdf>>. Acesso em set. 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário ou Entrevista para a caracterização da agricultura familiar em Lagoa das flores, Vitória da Conquista, Bahia.

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando estudar a importância da Educação Ambiental no auxílio de práticas nos cultivos oriundos da agricultura familiar. Verificar a existência de relação entre desenvolvimento com sustentabilidade e a agricultura familiar no Povoado de Lagoa das Flores- Vitória da Conquista –BA. Analisar as contribuições do uso de técnicas próprias desenvolvidas pela comunidade para a diminuição dos impactos da atividade no meio ambiente.

01. Sexo: M F

02. Idade (anos)?

- de 16 a 21
- de 22 a 30
- de 31 a 40
- de 41 a 50
- mais de 50

03. Estado civil?

- solteiro
- casado
- divorciado/separado
- viúvo
- outros

04. Nível de escolaridade?

- Sabe Ler E Escrever
- Fundamental Incompleto
- Fundamental Completo
- Médio Incompleto
- Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior completo

05. Chefe de família?

- Sim Não

06. Número de dependentes?

- nenhum
- de 1 a 2
- de 3 a 5
- mais de 5 anos

07. Quanto tempo trabalha com agricultura?

- menos de 01 ano
- entre 01 ano e 05 anos
- mais de 06 anos

08. Qual a atividade desenvolvida pelo agricultor (tipo de produção)?

hortaliças

flores

outro, Qual: _____

09. Renda percebida (r\$):

até 300,00

de 301,00 a 550,00

de 551,00 a 700,00

de 701,00 a 1.000,00

acima de 1.000,00

10. Participa de alguma associação ou cooperativa?

Sim

Não

11. Utiliza produtos químicos como defensivo agrícola na produção?

Sim

Não

Em caso afirmativo, qual a porcentagem?

10%

30 %

50%

70%

100%

12. Utiliza produtos orgânicos (produzidos de forma natural) como defensivo agrícola?

Sim

Não

13. utiliza o biogel na produção?

Sim

Não

14. A utilização do biogel trouxe benefícios para a produção?

Sim. Quais? _____

Não

15. A educação ambiental é importante para a melhoria da relação entre o meio ambiente e a agricultura?

Sim, muito importante.

Importante

Não